



Currículo e hegemonia burguesa: uma análise do Programa Educação Empreendedora no Plano Ceará 2050

Curriculum and bourgeois hegemony: an analysis of the Entrepreneurial Education Program in the Plano Ceará 2050

Jociene Araujo Lima ¹
Cleidileny Ingrid Oliveira da Silva ²
Sirneto Vicente da Silva ³

Resumo:

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as recomendações presentes no Plano Ceará 2050 para as políticas curriculares educacionais cearenses, em prol da reprodução do projeto burguês na educação do estado cearense. A pesquisa, de abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, fundamenta-se em autores críticos do currículo como Young (2014), Saviani (2021), Marx e Engels (2021) e Althusser (2022), além de estudos sobre neoliberalismo. Foram analisados documentos como a Agenda Global Educação 2030, a BNCC, a Reforma do Ensino Médio e legislações estaduais que institucionalizam o empreendedorismo na educação básica. Na pesquisa documental, os documentos lançados pelo Plano Ceará 2050, com destaque para o Programa Educação Empreendedora. Os resultados evidenciam que tais políticas atuam como aparelhos ideológicos que reforçam a hegemonia burguesa, deslocando para o indivíduo a responsabilidade pelo desemprego estrutural e naturalizando a precarização do trabalho. Concluímos que o currículo empreendedor contribui para a adaptação da juventude às demandas do capital, afastando-se de uma formação para a emancipação humana.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Currículo; Educação; políticas educacionais e Hegemonia.

Abstract:

This research aims to analyze the recommendations presented in the Ceará 2050 Plan for educational curriculum policies in Ceará, in favor of reproducing the bourgeois project in education in the state of Ceará. The research, which takes a qualitative, bibliographic, and documentary approach, is based on critical authors of the curriculum such as Young (2014), Saviani (2021), Marx e Engels (2021), and Althusser (2022), in addition to studies on neoliberalism. Documents such as the Global Education Agenda 2030, the BNCC, the Secondary Education Reform, and state legislation that institutionalizes entrepreneurship in basic education were analyzed. In the documentary research, the documents released

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEEN), Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Brasil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado Educação e Sociedade (GESPEES/UERN/CNPq). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4276-6181>. E-mail: jocienelimar@gmail.com.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Educação (PROPRD), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Brasil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Currículo e Ensino (GEPCE/FE/UERN). Bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5247-7749>. E-mail: cleidileny.oliveira@gmail.com.

³ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (PPGE), Universidade Federal do Ceará (UFC) – Brasil. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Ontologia Marxiana e Educação (UFC) e do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR/UVA). Coordenador do Grupo de Estudos Alfabetização de Crianças, Formação de Professores e Psicologia Histórico-Cultural. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4334-1916>. E-mail: sirneto.silva@uece.br.

by the Ceará 2050 Plan were analyzed, with emphasis on the Entrepreneurial Education Program. The results show that such policies act as ideological devices that reinforce bourgeois hegemony, shifting responsibility for structural unemployment to the individual and naturalizing the precariousness of work. We conclude that the entrepreneurial curriculum contributes to the adaptation of youth to the demands of capital, moving away from an education for human emancipation.

Keywords: Neoliberalism; Curriculum; Education; Educational policies and Hegemony.

Introdução

Iniciamos apontando que os dados e análises apresentados nesse artigo são frutos de uma pesquisa de mestrado já concluída no ano de 2024, desenvolvida no âmbito de um mestrado acadêmico em educação e ensino. A intenção é discutimos como acontecem as interferências dos organismos multilaterais e do terceiro setor na educação, sendo o Plano Ceará 2050, em especial o Programa Educação Empreendedora, um dos artifícios do capital que contribuem para a reprodução da hegemonia burguesa no campo educacional. Assim, o estudo ora apresentado busca socializar alguns achados da pesquisa em nível de mestrado, de modo a promover uma leitura crítica acerca de como as políticas curriculares vêm sendo abordadas na educação no estado do Ceará.

Neste sentido, a análise leva em consideração o contexto econômico e social de crise que estamos inseridos, causado pelo modelo de produção capitalista, definido por Mészáros (2011) como uma crise estrutural do capital. Essa crise se caracteriza por possuir um caráter crônico e sistêmico, que se origina no setor econômico, mas hoje transparece em todos os setores sociais, entre eles a educação. A educação, neste cenário de crise estrutural, ganha uma função de excelência, a de enaltecer o capital, por meio do seu papel reparador dos problemas e mazelas sociais ocorridas no mundo, da qual o currículo acaba sendo um instrumento central dessa relação.

As organizações multilaterais, principais representantes da acumulação e expansão do capital, têm, nas últimas décadas, visto a educação como uma potencialidade, a de subserviência dessa esfera a seus interesses da globalização. Para estes organismos, a educação pode colaborar com seus interesses através de seu poder ideológico de manipulação de massas, por intermédio do discurso e da sua inserção no currículo. Estes organismos vêm controlando a escola de maneira sutil e bem articulada, sem deixar margem para dissolução de suas interferências.

Uma das principais formas de manipulação dos organismos multilaterais na esfera educacional em todo o mundo é através das assessorias técnicas, o primeiro organismo a propor isso, foi o Banco Mundial (BM). O BM é uma instituição financeira que fornece empréstimos

a países pobres para alguns setores sociais, dentre eles a educação. Segundo Pereira (2021), grande parte dos empréstimos concedidos pelo BM ao longo dos anos são para o setor social, que engloba saúde, meio ambiente e educação. Como condição basilar para concessão dos empréstimos, o BM propõe que suas recomendações e orientações sejam levadas em consideração na construção da política pública de seus países parceiros. Suas assessorias técnicas são condicionantes não apenas para empréstimo presente como também determina os empréstimos futuros. De acordo com Leher (1999) o país que não se comprometer com as metas do BM não terá crédito para futuros empréstimos necessários. Dessa forma, nenhuma política educacional pode ser criada nos países parceiros do BM sem levar em consideração as orientações propostas por essa agência, que são expostas de diversas formas.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) atualmente se estabelecem como parte do grupo Organização das Nações Unidas (ONU), tem como função contribuir para a manutenção da paz entre países, erradicar a pobreza, promover o desenvolvimento sustentável e oportunizar que todos tenham acesso à cultura e à educação, principalmente uma educação de qualidade.

Este *slogan* da Unesco em defesa da erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável, faz parte dos discursos de artimanha do BM de controlar as funções das políticas educacionais. Nos últimos anos, o principal objetivo dessa organização é excluir a pobreza e promover a globalização entre os países, para isso incorpora este lema em todas as organizações da qual ele patrocina e lhe são subservientes. De acordo com Leher (1999), a Unesco é umas das instituições que desde 1980 serve aos ditames do BM, o qual tem sido o principal patrocinador das atividades da Unesco e, como cobrança por este financiamento, tem condicionado as políticas da Unesco aos seus interesses.

Além do controle sobre as agências como a Unesco, o BM tem controlado os documentos guia para a construção das políticas mundiais. O primeiro surgiu através do Movimento Educação para Todos (EPT) em 1990, na conferência mundial de educação, em Jomtien, cujo lema era a eliminação da pobreza através da educação. Este documento apresenta uma série de metas traçadas pela Unesco, o BM e outras agências multilaterais que buscavam no campo educacional a materializações de interesses próprios relacionados à formação de força de trabalho precarizado para as demandas do capital em crise. Além da Conferência de Jomtien (1990), tivemos a interferência do BM e dos demais organismos multilaterais em documentos que traçam a política educacional do mundo todo como o Marco de Dakar (2000) e Conferência

Incheon (2015), que cria a atual Agenda Global de Educação 2030, um marco nas diretrizes de construção da política educacional mundial.

Ao longo dos documentos do movimento EPT, veremos a assessoria técnica dos organismos multilaterais como impositora de políticas educativas supostamente para melhorar as formas de a escola administrar aspectos como os recursos financeiros, os recursos humanos e outros. Dentre os inúmeros aspectos que estas organizações internacionais interferem na educação, temos a interferência no currículo que, na atualidade, é totalmente maleável às políticas e diretrizes destas organizações internacionais (Pereira, 2021).

Para Young (2014), o currículo nas mãos dos organismos internacionais se revela como um mecanismo de extremo poder, ele tem sido um instrumento usado pela burguesia para alienar e produzir a ideologia dominante por meio da educação. A partir do momento que o currículo se revela este instrumento potente de controle social, as organizações multilaterais, através da política, passam a interferir no currículo na intenção de disseminar um processo ideológico e hegemônico da classe dominante sob o qual a reprodução é resultado.

Não é à toa que o currículo tem sido alvo de várias políticas e reformas educacionais nas escolas brasileiras. No Brasil, tivemos reformas curriculares em todas as esferas educacionais desde a educação básica – com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a Resolução CNE/CP n.º 2, de 22 de dezembro de 2017, a Reforma do Ensino Médio, promovida pela Lei n.º 13.415/17, que segundo Silva (2018) é uma reforma no plano curricular da etapa em questão –, chegando ao ensino superior – com a BNC-Formação, através da resolução CNE/CP n.º 2, de 20 de dezembro de 2019, que molda o currículo da formação de professores.

Diante deste grande número de reformas, o currículo que desde o início já é um instrumento de disputa, agora está no centro do debate das construções de políticas educacionais. A própria Agenda Global de educação, em conjunto com o Plano Nacional de Educação (PNE) brasileiro, vem propondo mudanças no currículo em diversas esferas não apenas no cenário internacional como também regional.

No âmbito regional, temos o caso brasileiro do estado do Ceará, que nos últimos anos vem se destacando por seus resultados nas avaliações externas. O Ceará tem alcançado um patamar considerado de excelência na qualidade educação básica, segundo as avaliações

externas, e muitos estudos agregam essa qualidade à reforma curricular ocorrida nesse estado, nos últimos anos⁴.

Dentre os programas que vêm interferindo no currículo cearense temos o Plano Ceará 2050: juntos pensamos o futuro. Este plano foi criado em 2019 e engloba a educação e o currículo dentro de suas áreas e esferas. Em um dos seus programas, o Programa Educação Empreendedora, veremos a inserção da esfera empreendedora e mercantil como centro para a reprodução da ideologia dominante no currículo escolar.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo geral analisar as recomendações presentes no Plano Ceará 2050 para as políticas curriculares educacionais cearenses, em prol da reprodução do projeto burguês na educação do estado cearense. A metodologia usada neste trabalho será a pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa bibliográfica usaremos os escritos de Young (2014) e Saviani (2021), dentre outros, que são autores que trabalham a influência do currículo como ferramenta ideológica da burguesia. Na pesquisa documental examinaremos o documento intitulado Programa Educação Empreendedora (2020), que é parte do Plano Ceará 2050. Para a análise documental, adotamos uma perspectiva crítica fundamentada no materialismo histórico-dialético, que orienta a leitura e interpretação do documento Programa Educação Empreendedora (2020), integrante do Plano Ceará 2050, tendo como autores de suporte Antunes (2009, 2019, 2020) e Mészáros (2011).

Este trabalho está dividido em dois tópicos, no primeiro momento, conceituaremos o termo currículo, como uma ferramenta ideológica de reprodução das desigualdades sociais e da ideologia da classe burguesa. No segundo tópico, analisaremos o papel imposto ao currículo pelo Programa Educação Empreendedora, que é um dos programas do Plano Ceará 2050, o qual traça as metas para as políticas educacionais do Ceará os próximos 30 anos.

1. Referencial teórico

Não podemos falar em currículo e seus papéis dentro da educação e reprodução da ideologia dominante sem antes definirmos o que é currículo. A definição de currículo não pode estar separada da ideia de identidade e dos interesses da sociedade na qual está inserido. Para Young (2014, p. 201), o currículo faz parte de “[...] um sistema de relações sociais e de poder

⁴ As reformas curriculares no estado do Ceará, vêm ocorrendo de forma mais sistematizada mediante a implementação das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), Lei Estadual n.º 14.273, de 14 de dezembro de 2008; Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI), Lei Estadual n.º 16.287, de julho de 2017; Programa Aprendizagem na Idade Certa (PAIC Integral – Escolas Municipais), Lei Complementar Estadual n.º 297, de 19 de dezembro de 2022 regulada pelo Decreto n.º 35.430 de 15 de maio de 2023.

com uma história específica; isso está relacionado com a ideia de que o currículo pode ser entendido como conhecimento dos poderosos”. A partir deste contexto, o currículo deve ser compreendido enquanto construção histórica, política e social, e campo de disputas entre projetos societários que orientam a formação humana. Sacristán (2013) define o currículo não apenas como um simples conceito isolado, mas como uma construção social que se adequa aos múltiplos interesses. Assim, para compreendê-lo é necessário analisarmos no interior das contradições do sistema capitalista, entendendo seus mecanismos de reprodução.

O currículo sempre manifestará os interesses de uma sociedade sobre o papel da educação. O grupo que controla a sociedade também controla a escola através do currículo, assim, em uma sociedade mantida sobre o sistema de classes sociais, não podemos pensar o currículo longe das amarras e interesse da classe dominante em relação à escola. O currículo é articulador entre o que se pretende com a sociedade e como a educação vai conformar esta sociedade para atender as demandas esperadas.

Emergem deste cenário, diversas reformas em torno do currículo, orientadas por organismos internacionais que, nos últimos anos, têm direcionado políticas educacionais no Brasil, tendo como foco primordial a construção de competências e habilidades que ajustam a educação e a escola às demandas do mercado.

A BNCC, aprovada entre 2017 e 2018, foi construída sob a tutela do Estado, a partir de uma forte articulação entre organismos multilaterais, setores empresariais e membros do terceiro setor que compõem o chamado “Movimento pela Base”, assentados nos fundamentos da Agenda Global de Educação 2030 (Avelar; Ball, 2019).

A aprovação da BNCC ocorreu em um cenário de aceleração das reformas educacionais, no qual interesses empresariais e orientações internacionais pressionavam por uma formação fundamentada no desenvolvimento de competências e habilidades voltadas à empregabilidade, inovação e empreendedorismo, sendo este último um dos eixos da formação no ensino médio. A materialização da BNCC nas escolas tem ocorrido através da adequação curricular, da produção de materiais didáticos e da indução de avaliações externas que são subservientes a essas orientações, consolidando uma política curricular que subordina a formação escolar às exigências do capital contemporâneo.

Assim, a BNCC representa uma dessas reformas que têm adequado o currículo à formação de competências e habilidades alinhadas à racionalidade neoliberal, enfatizando diversos conceitos voltados para o mercado de trabalho como o empreendedorismo, a inovação, a flexibilidade e o desenvolvimento de competências socioemocionais. Essas orientações

reforçam uma educação voltada para a sujeição da classe trabalhadora ao ideário capitalista, em contraponto à educação crítica.

Desse modo, a BNCC tem atuado como uma política curricular hegemônica a serviço do capital cumprindo o papel de difusor e implementador dos Aparelho Ideológico de Estado (AIE), conforme formulado por Althusser. A escola, para Althusser (2022), constitui o principal responsável pela produção do consenso necessário à manutenção da ordem capitalista. Isso porque, desde a infância, os indivíduos são submetidos a um processo contínuo de inculcação de valores, normas e comportamentos que naturalizam a ideologia dominante. Nesse sentido, a escolarização prolongada exerce papel central na formação subjetiva, uma vez que o tempo em que as crianças permanecem na instituição escolar favorece a interiorização e a reprodução ao longo da vida, dos princípios que asseguram a hegemonia da classe dominante.

Assim, a escola, ao difundir valores e competências compatíveis com as exigências do capital, tem contribuído para a produção de hegemonia social, ou seja, um consenso que perpetua a manutenção das relações sociais vigentes. Sob essa perspectiva, o currículo deixa de ser apenas um conjunto de conteúdos escolar e passa a ser um mecanismo de reprodução ideológica de conformidade que reorganiza os sujeitos a se adequarem a necessidade da contemporaneidade.

Nessa perspectiva, Saviani (2021) afirma que a escola brasileira possui dois currículos, assim como possui um duplo objetivo. Segundo o autor existe um currículo científico/tecnológico para os filhos da elite e um currículo social/cultural para os filhos da classe trabalhadora.

O currículo escolar, neste sentido, tem sido abordado de maneira diferente nas duas escolas, enquanto os filhos de ricos da classe burguesa têm um currículo que os prepara para dar continuidade aos mais altos papéis na hierarquia social, os filhos dos pobres, por meio do currículo integrado ao social e ao emprego, não possuem condições de mudar a hierarquia social. Neste contexto, o que se pretende com um currículo diferenciado para cada escola é colaborar para que a elite continue a manter exatamente a mesma hierarquia de dirigente da sociedade, reforçando a desigualdade existente na sociedade capitalista.

A BNCC representa a concretização deste projeto duplo e das orientações internacionais como a Agenda global 2030, sendo o alicerce para a construção da Nova Reforma do Ensino Médio fundada nessa lógica ao flexibilizar o currículo, instituir itinerários formativos e reforçar discursos de autonomia, empregabilidade e empreendedorismo, para uma classe específica, a classe trabalhadora. Essas diretrizes inserem uma perspectiva de formação limitada somente ao

mercado, especialmente para a juventude da classe trabalhadora, que passa a ser conquistada pelo discurso de ser empreendedor de si, que representa nos dias atuais uma conformação para a manutenção do atual sistema capitalista.

Nessa direção, compreender as reformas educacionais curriculares alinhadas aos interesses dos organismos multilaterais e empresariais expressos na Agenda 2030, como é o caso da BNCC e da reforma do Ensino Médio, é essencial para analisar como essas orientações se materializam nas políticas dos estados e municípios brasileiros. O estado do Ceará, por exemplo, conforme será discutido nos resultados, tem incorporado orientações empreendedoras aos documentos e programas oficiais da educação cearense, articulando-se diretamente com esse projeto curricular de base empresarial expresso na Agenda Global, com o Programa Ceará 2050.

2. Metodologia

A pesquisa adotou como metodologia uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. Conforme Lakatos e Marconi (2025), a pesquisa bibliográfica permite identificar, discutir e interpretar os conhecimentos já produzidos sobre o tema, possibilitando compreender as bases teóricas que sustentam o problema investigado. Para tanto, a etapa bibliográfica baseou-se em teóricos que discutem o currículo como aparelho ideológico e instrumento de reprodução social, entre eles Young (2014) e Saviani (2021), além de contribuições de Marx e Engels (2021), Althusser (2022) e estudiosos que analisam o impacto do neoliberalismo na educação.

Na etapa da discussão documental, esta pesquisa analisa textos normativos e programáticos, especialmente a Agenda Global Educação 2030 (2015), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), a Reforma do Ensino Médio – Lei n.º 13.415/2017 (Brasil, 2017), além dos documentos oficiais do Plano Ceará 2050 (publicado em 2018 e atualizado como política de estado em 2020), com destaque para o Programa Educação Empreendedora (2020). A seleção desses materiais ocorreu por implementarem políticas orientadoras do conjunto de reformas curriculares para a formação escolar contemporânea no Ceará, articuladas ao discurso do desenvolvimento sustentável, da empregabilidade e do empreendedorismo na educação da classe trabalhadora cearense.

A análise documental centrou-se no Plano Ceará 2050 (2020) e no Programa Educação Empreendedora (2020), a partir dos seguintes termos: empreendedorismo, neoliberalismo, empregabilidade, competências, desenvolvimento sustentável, além de expressões diretamente

relacionadas ao trabalho e ao novo perfil de trabalhador que gera também um novo perfil de estudante (Antunes, 2020) nas políticas curriculares. A escolha por estes termos e expressões ocorre por entender que eles aparecem em discursos como fundamentos orientadores da política educacional do Ceará.

Nos documentos do Plano Ceará 2050, a análise delimitou-se às seções que tratam da educação como eixo estratégico para a formação voltada ao mercado de trabalho, na formulação do Programa Educação Empreendedora (2020). Observamos ao longo da análise dos documentos que o Ceará adota e recontextualiza o discurso internacional sobre empreendedorismo e formação de capital humano para compor seu projeto de desenvolvimento até 2050, inspirado nas orientações da Agenda global de Educação 2030.

A pesquisa está organizada em duas etapas: primeiro, discute-se o currículo como aparelho ideológico no referencial teórico, enfatizando sua funcionalidade na reprodução das desigualdades sociais; em seguida, nos resultados, observa-se como o empreendedorismo se materializa no currículo cearense, especialmente por meio das políticas que integram como principal orientação a Agenda Global 2030, como é o caso da Reforma do Ensino Médio, da BNCC, do Plano Ceará 2050 e do Programa Educação Empreendedora.

3. Resultados

Diante da ordem sociometabólica capitalista em que a escola está inserida, Mészáros (2011) afirma que vivemos atualmente a terceira fase do capitalismo, a fase intitulada de Capitalismo Financeiro ou Monopolista, que inicia no século XX, e se perpetua até hoje. Os conteúdos curriculares têm como finalidade propriamente a formação de um sujeito mediante um conjunto mínimo de conhecimentos que supostamente o torna empregável ou empreendedor, como solução para o desemprego estrutural.

Nos últimos anos, a perspectiva de um currículo empreendedor tem ganhado cada vez mais espaço nas políticas educacionais brasileiras, caracterizando-se como um movimento de reestruturação neoliberal da educação. Para Estormovski (2021) o currículo escolar atua como formador do sujeito empreendedor para o capital, evidenciando como a lógica empresarial, e internacional do terceiro setor se insere nos processos educativos. De modo complementar, Laval (2019) demonstra os mecanismos que aproximam a dinâmica escolar do funcionamento empresarial, explicitando seus impactos sobre o papel social da escola, inclusive nos currículos escolares. A partir das parcerias entre o setor público, privado e o terceiro setor, várias organizações têm definido conteúdos e assuntos a serem abordados no currículo.

Um exemplo emblemático dessa dinâmica é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), organização público-privada que tem atuado de maneira incisiva na difusão do empreendedorismo como eixo estruturante do currículo escolar brasileiro. A atuação do Sebrae extrapola ações pontuais e insere-se na lógica neoliberal de formação do sujeito empreendedor, orientando políticas, materiais didáticos, programas e práticas pedagógicas alinhadas às demandas do mercado.

Nessa perspectiva, o Sebrae pode ser compreendido como um AIE, pois cumpre todos os requisitos descritos por Althusser (2022): integra-se ao conjunto de instituições responsáveis por produzir e disseminar a ideologia dominante, contribuindo para a reprodução das relações sociais capitalistas. Ao promover valores como competitividade, meritocracia e responsabilização individual, essa instituição reforça a hegemonia burguesa no interior da escola e naturaliza a subordinação da formação escolar às necessidades do capital.

Todas as iniciativas do Sebrae partem da premissa de que a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho depende de sua capacidade de empreender e ser empregável, sustentando a narrativa de que a educação, através de um currículo orientado por competências empreendedoras, tem total capacidade de proporcionar melhores condições econômicas aos estudantes filhos da classe trabalhadora. Todavia, como o Sebrae atua como AIE, contribui para a perpetuação da lógica capitalista, oferecendo soluções pontuais e individualizantes para problemas estruturais como o desemprego e a desigualdade social. Ou seja, o objetivo do Sebrae é responsabilizar individualmente o indivíduo pelos problemas estruturais do sistema, conformando os sujeitos às exigências do mercado e naturalizando a precarização das relações de trabalho no contexto neoliberal.

Com o estabelecimento da ordem neoliberal, instituições como Sebrae e demais empresas do campo empresarial têm tanto no campo político quanto no econômico e no campo educacional, consolidado sua entrada nas parcerias público-privadas no interior do Estado, configurando-se, como o que Faria (2019, p. 54) denomina de nova reestruturação neoliberal, impactando diretamente a educação. Desse modo, tais parcerias atravessam as políticas educacionais contemporâneas, naturalizando a participação empresarial na formulação curricular e reforçando a lógica de mercado como referência privilegiada da ação pedagógica.

Diante desse contexto, as propostas curriculares de educação empreendedora defendidas pelo Sebrae e por outros aparelhos público-privados, e AIE ganham centralidade no debate educacional, na medida em que se articulam à nova configuração das relações de trabalho instaurada pelo avanço da racionalidade neoliberal. Nessa nova morfologia do trabalho,

Antunes (2020) chama a atenção para as funções pedagógicas do currículo, primeiro formar um trabalhador inovador, auto controlável e maleável a várias situações que podem vir a passar, além de ser criativo e competitivo, capaz de criar seu próprio emprego. A escola, neste contexto, tem uma função importante que é possibilitar por meio do currículo que se crie uma nova forma de trabalhar centrada agora na figura do empreendedor.

Muitas das proposições capitalistas impostas no movimento em prol do empreendedorismo são respaldadas pela Agenda Global de Educação 2030, que defende o empreendedorismo como forma de diminuição da pobreza e alcance do desenvolvimento sustentável mundial. Na sua meta 4.3 a Agenda Global de Educação, prevê “Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para o emprego, o trabalho decente e o empreendedorismo” (Unesco, 2015, p. 17). Ou seja, ela traça que todos os países do mundo devem inserir o empreendedorismo no currículo escolar como maneira de gerar emprego.

Este tipo de discurso busca construir através da escola um trabalhador obediente às demandas e exigências da produção capitalista neoliberal, transformando a educação em um instrumento de conformação do trabalhador às condições de precarização do trabalho. Além disso, traz inúmeras vantagens para o Estado, uma vez que a maioria dos alunos ao saírem da escola passam a ser empreendedora, o que desobriga o Estado de garantir políticas públicas sociais para esses trabalhadores como seguro-desemprego, férias, décimo terceiro, além do mínimo de dignidade para a população (Antunes, 2019).

Muitos programas e projetos estão sendo criados no Brasil inteiro em prol da educação empreendedora, um dos estados brasileiros que vem se dedicando à criação de planos, políticas e projetos com essa finalidade é o Ceará. O estado atualmente é destaque por ser o segundo estado brasileiro com o maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no país, ficando atrás apenas de São Paulo. Esses resultados o têm conferido o *status* de estado modelo educacional, muitas das políticas e ações cearenses têm sido usadas como exemplo nos demais estados brasileiros como símbolo de sucesso educacional.

No ano de 2019, o Ceará surgiu com um plano novo, que buscava o desenvolvimento não apenas da educação, como também o desenvolvimento sustentável com o prazo de 30 anos. O plano intitulado “Plano Ceará 2050⁵: juntos pensamos no futuro”, tem como objetivo

⁵ O Plano Ceará 2050, foi criado pelo atual governador Camilo Santana, no ano de 2018, o plano se caracteriza por ser uma plataforma da sociedade civil que tem como principal objetivo implementar os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU no Ceará.

principal implantar até o ano de 2050 políticas e práticas que transformem o estado do Ceará em um estado sustentável baseado nas proposições dos organismos internacionais sobre sustentabilidade da ONU. Dentre as esferas que recebem orientações baseadas na sustentabilidade capitalista está a esfera educacional, que no Plano Ceará 2050, ganha destaque não apenas como um eixo central de atuação, mas também é designada como uma esfera estratégica para se alcançar a sustentabilidade e as aspirações cumulativas do capital.

Dentre as muitas abordagens e temas, podemos encontrar no atual Plano Ceará 2050, proposições capitalistas, defendidas desde o movimento EPT, em Jomtien (1990), até Incheon (2016), ideias essas que são ditadas pelos organismos multilaterais na agenda global de educação 2030 e, conseqüentemente, implantadas nas políticas cearenses, enfatizando a educação como uma esfera amenizadora de mazelas sociais que pode superar a pobreza e alcançar a sustentabilidade através de um currículo que forneça ao indivíduo condições e habilidades necessárias para se inserir no mercado de trabalho.

Dentre os programas que o projeto aborda no Plano Ceará 2050 e nas suas proposições capitalistas para a política educacional e para o currículo cearense, temos o Programa Educação Empreendedora⁶, que é exatamente uma extensão das proposições capitalistas impostas na Agenda Global de Educação 2030 em sua meta 4.4, que visa “Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo (Unesco, 2015, p. 42)”, sendo essa meta expressa no programa do Plano Ceará 2050.

Dessa forma, percebemos que a propaganda da educação empreendedora não é um campo abordado apenas no plano educacional do Ceará, a própria BNCC traz o tema empreendedorismo na seção que trata sobre educação financeira, que se constitui na BNCC como um tema transversal, e que deve ser implementado nos currículos escolares. Segundo o Caderno de Práticas do MEC “[...] para aprender a empreender, é necessário desenvolver inúmeras competências gerais e específicas, bem como habilidades previstas na BNCC para todos os ciclos escolares” (BRASIL, s.d., sem paginação).

Além disso, a BNCC reforça o eixo do empreendedorismo principal no ensino médio, afirmando que “Os estudantes são estimulados a criar empreendimentos pessoais ou produtivos

⁶ O Programa Educação Empreendedora baseia-se na proposta de organização dos serviços de educação técnica/profissional e superior para garantir o salto de desenvolvimento almejado pelo Ceará. O objetivo do programa é proporcionar mecanismos de formação profissional inovadores, especializados e com padrão de excelência, garantindo a integração com o mercado de trabalho. (Ceará, 2050, 2019, p. 2).

articulados com seus projetos de vida, que fortaleçam a sua atuação como protagonistas da sua própria trajetória (Brasil, 2018, p. 5).

Dessa forma, podemos encontrar também traços dessa educação voltada para o mercado de trabalho nos currículos e na estrutura da nova reforma do Ensino Médio a Lei n.º 13.415/17, na qual os alunos teoricamente poderão escolher as disciplinas que irão cursar baseando-se na sua escolha profissional, aproximando a ideia de educação mercadológica, voltada para a inserção do indivíduo no mundo do trabalho ou para sua aceitação dentro da ideologia do empreendedorismo como fonte de ascensão econômica e social.

Essa reforma se organiza a partir de 4 eixos estruturantes: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo (Brasil, 2018). O eixo Empreendedorismo tem como objetivo “expandir a capacidade dos estudantes de mobilizar conhecimentos de diferentes áreas para empreender projetos pessoais ou produtivos articulados ao seu projeto de vida” (Brasil, 2018, p. 4). Em outras palavras, este eixo intenta adequar os currículos escolares às exigências do mercado, de modo que todos os conteúdos passem a assumir um fim específico, voltados à adaptação da realidade social do trabalho imposto pelo capital. Nesse contexto, o empreendedorismo na escola articula pragmatismo e imediatismo, configurando-se como uma ação alinhada aos imperativos ideológicos do capitalismo (Mészáros, 2011).

Isso, emerge na contramão do que Young (2007) e outros estudiosos do currículo defendem especialmente quando afirmam a necessidade de que a escola assegure o acesso ao conhecimento, contrapondo-se aos currículos por resultados, instrumentalizados e imediatistas, e destacam que “Não há nenhuma utilidade para os alunos em se construir um currículo em torno da sua experiência, para que este currículo possa ser validado e, como resultado, deixá-los sempre na mesma condição” (Young, 2007, p. 1297). Nesse contexto, a escola e seu currículo passam a ser utilizados como instrumentos de geração de lucro para o capital, transformando-se, como afirma Mészáros (2010), em mercadorias a serem comercializadas, submetidas às exigências do mercado e à lógica neoliberal de eficiência, produtividade e competitividade.

Logo, os problemas de ordem estrutural do capitalismo, como o desemprego e a precarização trabalhista e laboral, são colocados como responsabilidade do sujeito individual, que passa a ser visto como o único promotor de seu fracasso ou sucesso no mundo econômico. Dessa forma, o eixo do empreendedorismo no ensino médio busca adequar a escola às demandas mercantis, ao mesmo tempo em que perpetua esse tipo de pensamento hegemônico.

O estado do Ceará através do plano Ceará 2050 e do Programa Educação Empreendedora tem sido um dos estados que mais incentiva o empreendedorismo como fonte de emprego e desenvolvimento econômico. O programa enfatiza em seus documentos de diretrizes que seu objetivo geral “[...] é proporcionar mecanismos de formação profissional inovadores, especializados e com padrão de excelência, garantindo a integração com o mercado de trabalho” (Ceará 2050, 2020, p.2). Nesse contexto, observa-se que a educação cearense tem como preocupação primordial a formação do indivíduo para se integrar ao mercado de trabalho. Segundo Machado (2020), a formação para o mercado de trabalho esconde o sistema injusto e desigual que é o capitalismo, mesmo o mercado prometendo espaço e lugar para todos que se formarem, ele não consegue absorver todos. Mészáros (2011) traz que o desemprego é um problema social do sistema capitalista, que só será vencido se vencermos esse sistema.

Para tanto, o Programa Educação Empreendedora, por meio de um currículo voltado, por suposição, para uma formação que garanta aos jovens seu lugar no mercado de trabalho, defende a necessidade de:

Institucionalizar o desenvolvimento da educação de forma a proporcionar experiências que estimulem a criatividade, imaginação, resolução de problemas reais, formação cidadã e noção cívica, garantindo currículo amplo de forma a abordar, além das disciplinas tradicionais, arte e cultura, tecnologia e inovação, línguas estrangeiras e esporte, seguindo as orientações da LDB e demais documentos de referência da área de educação (Ceará 2050, 2020, p. 2).

A educação, nesse contexto, vira massa de manobra nas mãos da classe dominante que agora busca institucionalizar o empresário e gerente na figura do trabalhador. Trata-se de capacitar indivíduos através de um currículo empresarial para adquirir habilidades e competências para empreender a todo momento. Pois, além de postura a ser tomada somente no mercado de trabalho, o empreendedorismo exposto como tal neste programa busca adequar o indivíduo a uma postura ideológica de vida: ser competitivo, flexível e autossuficiente em todas as esferas. Essa premissa é perigosa porque o empreendedorismo é uma vertente que objetiva conformar e colocar sobre o indivíduo toda responsabilidade por possíveis fracassos.

Todo o Programa Educação Empreendedora é traçado mediante a problemática de que os jovens atuais não conseguem mais se empregar, sendo uma das principais metas do Programa “Expandir programas de incentivo para as empresas contratarem os jovens que buscam o primeiro emprego” (Ceará 2050, 2020, p. 5). Esse primeiro emprego, no âmbito do Programa, viria através do empreendedorismo, pois em seu discurso, os jovens que são capazes de empreender não ficarão desempregados, ao contrário, apresentam-se mais empregáveis.

Este tipo de discurso esconde a profunda precarização que o jovem filho da classe trabalhadora se submete dentro da vertente do empreendedorismo. O empreendedorismo reserva para estes jovens um trabalho informal, sem benefício trabalhista, desobrigando o Estado de qualquer seguridade para este trabalhador. Antunes (2019, p. 8) afirma que, no contexto de crescente precarização do trabalho, o empreendedorismo passou a funcionar como uma “palavra mágica que é tão mágica quanto mistificadora”. Mágica porque promete, de forma ilusória, solucionar o desemprego como se fosse possível superá-lo individualmente no atual estágio do capitalismo; e mistificadora porque oculta que o desemprego é estrutural ao modo de produção capitalista, não sendo resultado de falhas pessoais, mas sim do próprio sistema.

Para Costa (2021, p. 8) “O sistema de capital é um estímulo para a precarização pois este não busca empregar a totalidade da força de trabalho. Assim, o discurso empreendedor surge não para solucionar o problema do desemprego, que é reflexo da crise do capital, mas sim como forma de mistificação para não enxergar as desigualdades do sistema capitalista. O discurso imposto como empreendedorismo como primeiro emprego, no bojo do Programa Educação Empreendedora, apresenta o empreendedorismo como tábua de salvação dos jovens filhos da classe trabalhadora, com um discurso atraente, incutindo em suas mentes que mesmo sem capital financeiro eles podem ter melhores condições de vida através do empreendedorismo (Programa Educação Empreendedora, 2020).

Esta vertente do empreendedorismo como forma de melhores condições, reforçado pelo Programa Educação Empreendedora, apoia-se na consciência invertida do mundo, termos explicados por Marx e Engels (2021), como sendo a ideia de o capitalismo criar a solução para um problema por ele criado. O empreendedorismo dissemina o discurso de que ele é capaz de amenizar as mazelas próprias das relações sociais de produção capitalistas, porém, o desemprego é um problema estrutural do capitalismo em crise e o empreendedorismo não tem como ser a solução, nem tão pouco amenizar tal problema.

Outra importante característica desse processo é a ideologia por trás deste Programa, a ideia da liberdade da escolha de ser um empreendedor, de virar seu próprio patrão é uma propaganda ideológica que tem repassado uma falsa ideia de que o empreendedorismo não é uma estratégia forçada pelo capital. Para Costa (2021, p. 8) o empreendedorismo é categoria “[...] ideológica pois incentiva o trabalhador que não tem nada, a ideia de ser patrão de si próprio para ganhar dinheiro que o vai tirar da condição de assalariado”. Dessa forma, o discurso empreendedor não emancipa a classe trabalhadora, mas age como AIE, contribuindo para a

adaptação da classe trabalhadora às condições de exploração, mascarando as raízes reais da desigualdade e da precarização.

O Programa Educação Empreendedora cearense apresenta isso em seu documento, quando advoga os resultados esperados do projeto, sendo o primeiro deles o “Aumento da geração de emprego e renda a partir da presença da cultura do empreendedorismo” (Ceará 2050, p. 12). A cultura empreendedora aqui defendida pelo documento pode ser explicada como uma atitude corriqueira. Percebemos que nos últimos anos o capital e grandes corporações têm se apropriado da vertente do empreendedorismo com a ajuda da mídia, da educação e muitos outros canais de manipulação de massas, incentivado a difusão do empreendedorismo como hegemonia, montado em verdadeiros aparatos que lhe deem algum suporte material.

E neste ponto é importante enfatizar como essas políticas acabam beneficiando o fomento da ideologia capitalista na medida que busca o lucro e a expansão do sistema. Através do Programa Educação Empreendedora encontramos nas escolas públicas cearenses maior pressão para que seja de fato implantada a disciplina e, conseqüentemente, atividades relativas à formação para o empreendedorismo, principalmente para os estudantes da Educação Básica. Podemos citar algumas iniciativas em prol do empreendedorismo na educação cearense.

Entre as iniciativas cearenses, uma que se destaca é a criação de leis para garantir a implementação de ações empreendedoras no currículo, embora já previstas no Programa Educação Empreendedora. Uma delas é a Lei n.º 213/2020, proposta pelo deputado Tadeu Oliveira (PSB). Essa Lei pretende incluir de forma direta o estímulo ao empreendedorismo no currículo dos estudantes da Educação Básica cearense, desde dos primeiros anos escolares, mediante a aulas semanais sobre empreendedorismo, cursos de curta e longa extensão do contraturno, palestras mensais, oficinas e preparação de professores na intenção de fortalecer as atividades empreendedoras para a formação dos alunos. A Lei tem como objetivo, segundo pronunciamento do deputado que a propõe, estimular o empreendedorismo, abrindo novos horizontes para o trabalho e desenvolvimento econômico no Ceará (Agência de Notícias da Assembleia Legislativa, 2020).

Essa lei reflete o aparato ideológico do projeto burguês de manutenção da hierarquia social, buscando inserir, por meio do currículo, os jovens da classe trabalhadora cearense nas demandas do mercado de trabalho, reforçando a reprodução da classe dominante. O Plano Ceará 2050, o Programa Educação Empreendedora e a Lei n.º 213/2020 legitimam a inclusão do empreendedorismo na grade curricular desde a Educação Básica, etapa em que as crianças estão construindo ideias criativas e inovadoras sobre a sociedade.

Se já não fosse suficiente esta Lei e os projetos de educação empreendedora atuantes na educação cearense nos últimos anos, ainda em 2020, outra lei com a mesma premissa foi criada para a educação cearense, porém agora com carácter especial voltado ao gênero feminino. A Lei n.º 17.176/2020 defende que meninas matriculadas na Educação Básica tenham aulas mediante disciplinas curriculares, em prol do estímulo ao mercado empreendedor no estado do Ceará. A justificativa dada por essa Lei é que segundo o IBGE (2021), as mulheres estão entre os maiores índices de desempregados no estado do Ceará, e o empreendedorismo seria uma forma dessas mulheres saírem do desemprego.

No entanto, essa Lei não deixa explícito que a introdução da educação empreendedora na escola tem reduzido a educação e o currículo como meros instrumentos de formação de trabalhadores para serem explorados pelo capitalismo de forma consentida, em prol do projeto de sociabilidade burguesa. Além disso, a Lei também se apresenta como um instrumento de manutenção do patriarcado e das posições de gênero dentro da política cearense, pois os programas suscitados por essa Lei disponibilizam para as mulheres cursos de culinária, manicure, cabeleireiro, artesã e outros. Para Pereira (2019) a divisão sexual do trabalho, tem colaborado com a perpetuação da marginalização da mulher na sociedade de classes, assim, essa Lei tenta moldar a mulher para executar um certo empreendedorismo limitando ao que é definido socialmente como coisa de mulher.

Além dessas duas Leis, no ano de 2021, o ex-governador Camilo Santana, também promulgou a Lei n.º 17.785/2021, que inclui o empreendedorismo e a gestão financeira, como tema transversal nas escolas públicas de Ensino Médio. A finalidade dessa Lei é que o empreendedorismo e questões sobre gestão financeira, principalmente individual, sejam trabalhadas na escola além das disciplinas tradicionais como português e matemática, também o eixo temas transversais traz inúmeras temáticas de carácter social a serem trabalhadas. A Lei foi proposta pelos deputados Marcos Sobreira (PDT) e Nizo Costa (PSB).

Diante dessa realidade, o empreendedorismo abordado nas leis cearenses, no plano Ceará 2050, no Programa Educação Empreendedora, nas proposições da Agenda Global de Educação 2030, configuram-se como uma nova forma de precarização do trabalho, tendo como interesse apenas a recuperação do padrão de acumulação, reforçando a precarização dos vínculos mantidos no trabalho assalariado, colocando sobre a escola e o currículo a responsabilidade da reprodução da ideologia capitalista da classe burguesa. Assim, é notório que a inserção do pilar do empreendedorismo na educação e na formação do jovem da classe trabalhadora é uma estratégia de alienação da classe burguesa na defesa do autoemprego sem

qualquer garantia ou direito mínimo das leis trabalhistas, buscando forma de responsabilizar o indivíduo pelo seu sucesso e fracasso, retirando do Estado suas responsabilizações frente o desemprego (Antunes, 2009).

Considerações finais

No cenário de crise do capital e desemprego estrutural, a burguesia tem usado inúmeros instrumentos e estratégias para manter a coesão da classe trabalhadora com o intuito de garantir a acumulação de capital em escala ampliada. Todavia, com a naturalização da exploração e desigualdade social e econômica, o capital busca construir um aparato ideológico de caráter emocional e social a partir das aspirações da classe trabalhadora. O empreendedorismo pode ser caracterizado como o mais ofensivo projeto da burguesia sobre o trabalhador, que além de impor uma naturalização do desemprego, da fome e do mercado saturado, ainda seduz este trabalhador a pensar que ele tem liberdade para inovar.

Dessa forma, as proposições capitalistas postas na Agenda Global de Educação 2030, no Plano Ceará 2050 e no programa educação empreendedora, vêm direcionando como diretrizes para as políticas cearenses em que o currículo desenvolve um papel estratégico de reprodutor da classe burguesa. Cumpre ressaltar que no Plano Ceará 2050, o currículo é um campo de disputa e de interesse dessas políticas que buscam na escola espaços para disseminar e engajar estudantes e professores nas proposições empreendedoras e capitalistas que visam tornar a educação mais um nicho de subserviência ao setor econômico e acumulação do capital.

Portanto, o que se pretende com esses programas, planos e leis no estado do Ceará, através da premissa da educação empreendedora, é formar intelectual e emocionalmente os jovens trabalhadores, desde a escola básica, para aceitarem o desemprego estrutural e se submeterem à lógica de precarização, individualismo e auto culpabilização como algo natural.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Deputado propõe Programa de Educação e Empreendedorismo**. 2020. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/index.php/ultimas-noticias/item/90757-2608pe01-projeto-213-20#:~:text=Conforme%20o%20projeto%20de%20lei,aulas%2C%20excurs%C3%B5es%20e%20quaisquer%20outras>. Acesso em: maio 2022.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 13. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2022.

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Theomai**, n. 19, p. 47-57, 2009.

ANTUNES, R. **Trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil**. São Paulo: Brasil de Fato, 30 abr. 2019. Entrevista ao canal Brasil de Fato (YouTube). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A. Acesso em: 17 abr. 2019.

AVELAR, M.; BALL, S. J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal of Educational Development**, n. 64, p. 65–73, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Práticas empreendedoras na escola**. In: Base Nacional Comum Curricular – Implementação: Caderno de Práticas – Aprofundamentos. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/201-praticas-empreendedoras-na-escola>. Acesso em: 3 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018**. Estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-MEC-1432-2018-12-28.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: ensino médio**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embraixa_site_110518.pdf. Acesso em: 15 set. 2025

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Portal da Legislação**, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 15 nov. 2017.

CEARÁ 2050. **Programa Educação Empreendedora**. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/07/Educa%C3%A7%C3%A3o-Empreendedora.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

COSTA, V. C. M. D. **Prestador de serviços ou empregado? Uma análise acerca do fenômeno da “uberização” do trabalho à luz dos requisitos do vínculo empregatício**. Centro Universitário FG – UNIFG, 2021. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/8d1b327e-4622-47fd-a4e8-2b9df4755b8a/content>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ESTORMOVSKI, R. C. O currículo escolar como formador do sujeito empreendedor para o capital. **Linhas Críticas**, v. 27, p. 1-16, 2021.



FARIA, D. B. **Parcerias público-privadas em educação**: as organizações sociais e a gestão das escolas públicas na educação básica. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina, PR: Planta, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. Atualização da edição: João Bosco Medeiros. 9. ed., 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2025.

LEHER, R. O Bird e as reformas neoliberais na educação. **Publicação Acadêmica Informativa dos Professores da PUC-SP**, n. 6, 1999. Disponível em: [falta inserir o link]. Acesso em: 12 jan. 2020.

MACHADO, L. **Educação profissional**. Entrevista publicada em 6 ago. 2020. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-ideia--de-formar-para-o-mercado-de-trabalho-traz-implicito-o-suposto-falso>. Acesso em: 29 jan. 2022.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** [recurso eletrônico]. Tradução: Rubens Enderle; Nélcio Schneider; Luciano C. Martorano. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira; Sérgio Lessa. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

PEREIRA, J. M. M. A construção do Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro do desenvolvimento capitalista internacional (1940-81). **História Unisinos**, v. 25, n. 1, p. 77-93, 2021.

PEREIRA, M. J. T. A dominação-exploração das mulheres na sociedade capitalista: um estudo bibliográfico. **Revista Sociologias Plurais**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 469-487, jul. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scplpr/article/download/68208/39075/268936>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SACRISTÁN, J. G (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução: Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SILVA, M. R. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**, v. 34, |e214130, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/V3cqZ8tBtT3Jvts7JdhxxZk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 maio. 2025.

UNESCO. **Educação 2030**: Declaração de Incheon. Brasília, 2015.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, 2007. Disponível em: <http://cedes.unicamp.br>. Acesso em: 23 maio 2025.

YOUNG, M. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, p. 190-202, 2014.